

SUMÁRIO

I. PROCESSO TUTELAR CÍVEL

REGIME GERAL DO PROCESSO TUTELAR CÍVEL Lei nº 141/2015, de 8 de setembro	9
---	---

II. LEI TUTELAR EDUCATIVA

LEI TUTELAR EDUCATIVA Lei nº 166/99, de 14 de setembro	35
---	----

REGULAMENTAÇÃO DO REGIME JURÍDICO DO REGISTO DAS MEDIDAS TUTELARES EDUCATIVAS Decreto-Lei nº 171/2015, de 25 de agosto	115
--	-----

III. PROTEÇÃO DE MENORES

LEI DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS EM PERIGO Lei nº 147/99, de 1 de setembro	141
---	-----

REGULAMENTAÇÃO DA LEI DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS EM PERIGO Decreto-Lei nº 332-B/2000, de 30 de dezembro	191
---	-----

COMISSÃO NACIONAL DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS E PROTEÇÃO DAS CRIANÇAS E JOVENS Decreto-Lei nº 159/2015, de 10 de agosto	195
--	-----

SUMÁRIO

REGIME DE EXECUÇÃO DO ACOLHIMENTO FAMILIAR Decreto-Lei nº 139/2019, de 16 de setembro	207
REGIME DE EXECUÇÃO DAS MEDIDAS DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS E DE PROTEÇÃO DAS CRIANÇAS E JOVENS EM PERIGO Decreto-Lei nº 12/2008, de 17 de janeiro	231
REGIME JURÍDICO DO APADRINHAMENTO CIVIL Lei nº 103/2009, de 11 de setembro	251
REGIME DE RECRUTAMENTO E FUNÇÕES DOS JUÍZES SOCIAIS Decreto-Lei nº 156/78, de 30 de junho	263
CONVENÇÃO RELATIVA À COMPETÊNCIA, À LEI APLICÁVEL, AO RECONHECIMENTO, À EXECUÇÃO E À COOPERAÇÃO EM MATÉRIA DE RESPONSABILIDADE PARENTAL E MEDIDAS DE PROTEÇÃO DAS CRIANÇAS Decreto nº 52/2008, de 13 de novembro	275
CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DA CRIANÇA Resolução da Assembleia da República nº 20/90, de 12 de setembro	295
CONVENÇÃO PARA A PROTEÇÃO DAS CRIANÇAS CONTRA A EXPLORAÇÃO SEXUAL E OS ABUSOS SEXUAIS Resolução da Assembleia da República nº 75/2012, de 28 de maio	317
MEDIDAS DE PROTEÇÃO DE MENORES Lei nº 113/2009, de 17 de setembro	341
IV. REGIME JURÍDICO DA ADOÇÃO	
ELIMINAÇÃO DAS DISCRIMINAÇÕES NO ACESSO À ADOÇÃO, APADRINHAMENTO CIVIL E DEMAIS RELAÇÕES JURÍDICAS FAMILIARES Lei nº 2/2016, de 29 de fevereiro	349
REGIME JURÍDICO DO PROCESSO DE ADOÇÃO Lei nº 143/2015, de 8 de setembro	353
CÓDIGO CIVIL – LIVRO IV – TÍTULO IV (DA ADOÇÃO)	389
CONVENÇÃO EUROPEIA EM MATÉRIA DE ADOÇÃO DE CRIANÇAS Resolução da Assembleia da República nº 4/90, de 31 de janeiro	397

CONVENÇÃO RELATIVA À PROTEÇÃO DAS CRIANÇAS E À COOPERAÇÃO EM MATÉRIA DE ADOÇÃO INTERNACIONAL Resolução da Assembleia da República nº 8/2003, de 25 de fevereiro	409
---	-----

V. PRESTAÇÃO DE ALIMENTOS A MENORES

REGIME JURÍDICO DA GARANTIA DE ALIMENTOS DEVIDOS A MENORES Lei nº 75/98, de 19 de novembro	427
---	-----

REGULAMENTAÇÃO DA GARANTIA DE ALIMENTOS DEVIDOS A MENORES Decreto-Lei nº 164/99, de 13 de maio	431
---	-----

CONVENÇÃO PARA A COBRANÇA DE ALIMENTOS NO ESTRANGEIRO Decreto-Lei nº 45 942, de 28 de setembro de 1964	437
---	-----

CONVENÇÃO RELATIVA À LEI APLICÁVEL EM MATÉRIA DE PRESTAÇÃO DE ALIMENTOS A MENORES Decreto-Lei nº 48 495, de 22 de julho de 1968	447
---	-----

CONVENÇÃO RELATIVA AO RECONHECIMENTO E EXECUÇÃO DE DECISÕES EM MATÉRIA DE PRESTAÇÃO DE ALIMENTOS A MENORES Decreto-Lei nº 246/71, de 3 de junho	453
---	-----

CONVENÇÃO SOBRE A LEI APLICÁVEL ÀS OBRIGAÇÕES ALIMENTARES Decreto nº 339/75, de 2 de julho	461
---	-----

CONVENÇÃO SOBRE O RECONHECIMENTO E EXECUÇÃO DE DECISÕES RELATIVAS A OBRIGAÇÕES ALIMENTARES Decreto nº 338/75, de 2 de julho	469
---	-----

VI. GUARDA DE MENORES

CONVENÇÃO EUROPEIA SOBRE O RECONHECIMENTO E A EXECUÇÃO DAS DECISÕES RELATIVAS À GUARDA DE MENORES E SOBRE O RESTABELECIMENTO DA GUARDA DE MENORES Decreto nº 136/82, de 21 de dezembro	483
---	-----

CONVENÇÃO SOBRE OS ASPETOS CIVIS DO RAPTO INTERNACIONAL DE CRIANÇAS Decreto do Governo nº 33/83, de 11 de maio	497
---	-----

SUMÁRIO

ÍNDICE ANALÍTICO DO REGIME GERAL DO PROCESSO TUTELAR CÍVEL	511
ÍNDICE ANALÍTICO DA LEI TUTELAR EDUCATIVA	515
ÍNDICE ANALÍTICO DA LEI DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS EM PERIGO	523
ÍNDICE-SUMÁRIO	527
SUMÁRIO	537